

# ALIANÇA DOS GOVERNOS DOS ANDES E AMAZÔNIA

## RESUMO

- Os rios originários dos Andes da Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, e afluentes do rio Amazonas, representam cerca de 40% do volume total de água no rio.
- Sistemas tradicionais de uso da terra (historicamente administrados por povos indígenas e comunidades tradicionais) estão sendo substituídos pela agricultura permanente de pequena escala introduzida por migrantes, muitas vezes sem a posse da terra; a agricultura insustentável gera um ciclo de degradação do solo, abandono e maior conversão de florestas.
- O Conselho Inter-regional Amazônico (CIAM) no Peru visa fortalecer o processo de descentralização e formular uma agenda inter-regional para o desenvolvimento sustentável.
- A Iniciativa da Região Administrativa de Planejamento da Amazônia (RAP) — liderada por Caquetá — une 6 departamentos da Amazônia colombiana e 1 departamento não amazônico, com o objetivo de fortalecer o alinhamento de políticas e aumentar as oportunidades de intercâmbio de conhecimento.
- A Declaração de San Martín cria uma coalizão público-privada para o DRBE
- na Amazônia peruana, enfatizando uma abordagem de Produção-Proteção.
- A iniciativa Visão Amazônica, implantada pelo Ministério do Meio Ambiente da Colômbia e financiada por fontes governamentais internacionais (Noruega, Alemanha e Reino Unido), define um caminho para o desmatamento zero na Amazônia colombiana.
- O Consórcio de Governos Provinciais da Amazônia (Conga) do Equador fortalece os esforços de desenvolvimento sustentável para 6 províncias da Amazônia equatoriana.
- A Lei dos Direitos da Mãe Terra da Bolívia concede legitimidade legal ao meio ambiente, permitindo a abertura de ações legais para defender seus direitos ao ar puro, água, diversidade e equilíbrio.
- Condições socioeconômicas compartilhadas tornam as 10 jurisdições adequadas para uma abordagem colaborativa para o avanço do desenvolvimento rural de baixa emissão (DRBE), e uma coalizão regional poderia expandir o acesso a mercados globais, ao financiamento climático e à influência política nos cenários nacional e internacional.



### MOTORES DE DESMATAMENTO

- Pecuária de pequena escala
- Agricultura de pequena escala
- Plantações industriais limitadas de dendêzeiros
- Infraestrutura de transporte
- Extração de recursos não renováveis

<b>EMISSIONS ANUAIS MÉDIAS POR DESMATAMENTO<sup>1,2</sup></b>	84,32 Mt CO <sub>2</sub>
<b>ÁREA</b>	929.521 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	5.807.626
<b>POPULAÇÃO INDÍGENA</b>	364.726
<b>PIB<sup>3</sup></b>	US\$ 15,42 bilhões
<b>VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA<sup>4</sup></b>	US\$ 6,47 bilhões
<b>PRINCIPAIS COMMODITIES</b>	Banana, plátano, mandioca, café, cacau, arroz, óleo de palma, gado, milho, cana-de-açúcar
<b>ESTOQUES DE CARBONO FLORESTAL<sup>1</sup></b>	9,755 Mt

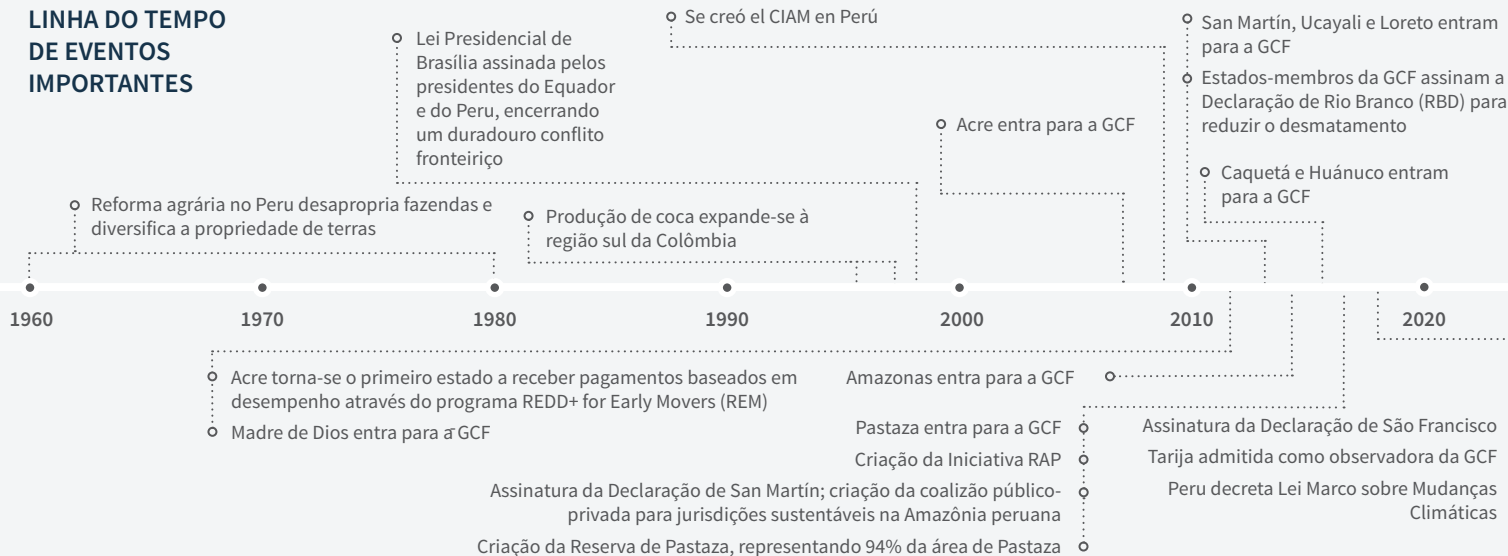
<sup>1</sup>Não inclui Tarija, Bolívia

## DECLARAÇÃO DE SÃO FRANCISCO

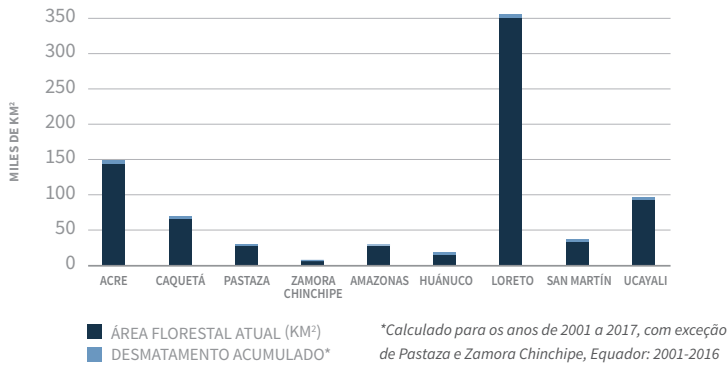
O aproveitamento do poder das soluções das florestas tropicais nas questões de mudança climática determinará, em grande medida, o destino da Amazônia e da forma como a maior floresta tropical do mundo será gerida para o futuro. A gestão da região andina e do curso superior da Amazônia é particularmente importante, pois o uso da terra e o desenvolvimento da infraestrutura a montante podem causar grandes impactos nos ecossistemas e comunidades locais a jusante. A manutenção dos serviços e funções dos ecossistemas da parte alta da Amazônia é, portanto, fundamental para a saúde dos rios e várzeas, dos quais sobrevivem milhões de povos dependentes das florestas. Além disso, a região é altamente vulnerável aos impactos previsíveis das mudanças climáticas, incluindo o aumento das inundações, deslizamentos de terra e secas — potencialmente gerando quebra de safras e incêndios. Reconhecendo os desafios compartilhados para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, bem como as oportunidades de

mitigação do clima e do desenvolvimento rural sustentável, uma coalizão internacional de dez governadores da Amazônia assinou a Declaração de São Francisco: um compromisso dos governadores da Amazônia em tomar medidas firmes contra as mudanças climáticas e o desmatamento em suas jurisdições. A declaração, apoiada por The Nature Conservancy, Naturaleza y Cultura Internacional, Mecanismos de Desarrollo Alternos, Earth Innovation Institute, e a fundação Gordon e Betty Moore, foi assinada no dia 12 de setembro de 2018, na última sessão da 10ª reunião anual da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas (GCF). Ao assinar a Declaração de São Francisco, essa aliança de governadores demonstrou formalmente seu compromisso com a colaboração e a visão compartilhada de desenvolvimento de baixa emissão e estratégias de adaptação e mitigação do clima para a Bacia da Amazônia-Andes e do alto Amazonas.

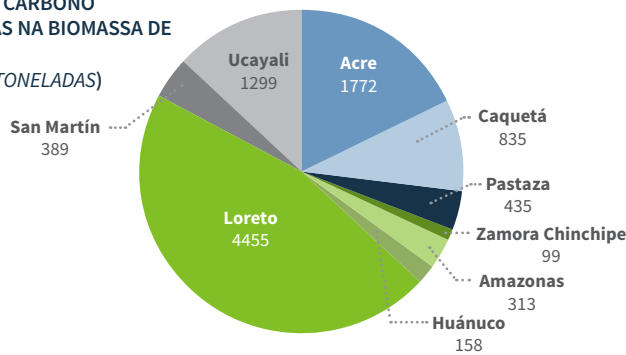
## LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



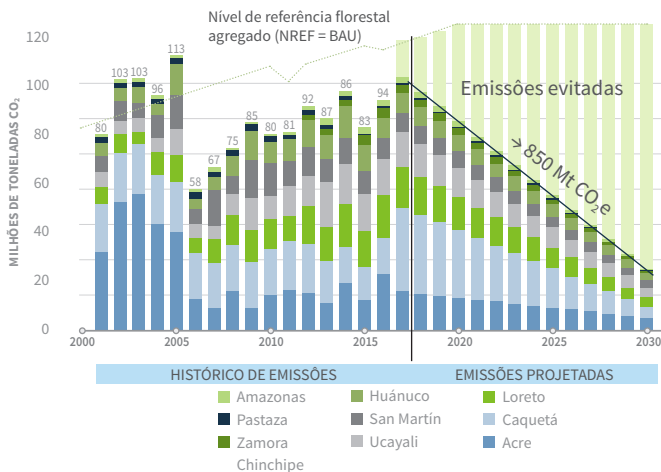
## ÁREA DE FLORESTAS E DESMATAMENTO



## RESERVAS DE CARBONO ARMazenadas na Biomassa de Florestas (MILHÕES DE TONELADAS)



## EMISSIONES POTENCIAIS EVITADAS



Modelo do potencial de emissões de CO<sub>2</sub> evitadas através da redução do desmatamento em 80% em relação ao nível de referência de cada jurisdição. As emissões observadas entre 2000-2017, reservas de carbono e períodos de referência são derivados dos dados de desmatamento fornecidos pelos sistemas nacionais de monitoramento.

**CITAÇÃO** | J. Ardila, C. Chan, O. David, R. Vargas, M. Warren. 2018. "Aliança dos Governos dos Andes e Amazônia." San Francisco, CA, EUA: Earth Innovation Institute.

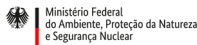
**REFERÊNCIAS COMPLETAS E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM**  
[www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability](http://www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability)  
 2019/04/22

Os gráficos acima não incluem informações sobre Tarija, Bolívia devido à falta de disponibilidade de dados.

### EQUIPE TÉCNICA



### COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão

### EM COLABORAÇÃO COM



BOLÍVIA	<b>Tarija</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lançou uma série de Áreas Protegidas, associando metas de conservação com metas de desenvolvimento através de novos santuários de água e acordos recíprocos de bacias hidrográficas</li> </ul>
BRASIL	<b>Acree</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) cria incentivos para a conservação de serviços ecossistêmicos para povos indígenas, comunidades locais, pequenos agricultores e outros</li> <li>O Plano Plurianual (PPA) inclui o Zoneamento Ecológico-Econômico e programas para envolver povos indígenas e mulheres, melhorar o monitoramento, financiar a transição para uma economia de baixo carbono e tratar o desmatamento através da cadeia de produção</li> </ul>
COLÔMBIA	<b>Caquetá</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Departamento-piloto do Instrumento Financeiro para a Transformação da Produção Sustentável (ITPS), o qual fornecerá a pequenos agricultores em áreas de alto desmatamento acesso a empréstimos com juros baixos e incentivos para a conservação</li> <li>Grupo de Trabalho Estadual sobre Mudanças Climáticas (SubNodo) apoia o desenvolvimento da estratégia de DRBE</li> </ul>
EQUADOR	<b>Pastaza</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto da Área Ecológica de Desenvolvimento Sustentável (AEDSPP) protege 92% da província</li> <li>Consórcio para Gestão Ambiental da AEDSPP integra diversos grupos de atores — 1º grupo do gênero em todo o país</li> </ul>
	<b>Zamora Chinchipe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro de mineração do Equador, com alta biodiversidade e baixa densidade populacional</li> <li>Atualmente promovendo uma reserva para proteger a floresta amazônica em 38% do território provincial</li> </ul>
PERU	<b>Amazonas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plataforma Comunitária de Manejo Florestal (PMFC) para diálogo multisectorial sobre manejo florestal sustentável em terras de comunidades nativas</li> </ul>
	<b>Huánuco</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mesa Redonda das Florestas Amazônicas reúne diversos atores (ex.: governo, setor privado, pesquisadores, povos indígenas, produtores) para fortalecer a governança e a conservação florestal</li> </ul>
	<b>Loreto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O principal documento de planejamento de Loreto para o desenvolvimento, o Plano de Desenvolvimento Regional Conjunto (PDR), foi criado por meio de uma Avaliação Ambiental Estratégica (EAE) — a única região no Peru a fazê-lo</li> <li>Desde 2006, o Programa Regional de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Biodiversidade (PROCREL) promove a conservação de florestas e da biodiversidade por meio da gestão de Áreas de Conservação Regional (ACR) e da implantação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável</li> </ul>
	<b>San Martín</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O governo regional promove uma abordagem de Produção-Proteção-Inclusão (PPI), por meio de iniciativas que incluem a Marca San Martín (Marca San Martín), a qual diferencia produtos e serviços que cumprem as regulamentações relacionadas à PPI</li> <li>O Escritório de Promoção do Investimento Privado Sustentável (OPIPS), criado em 2015, forma parcerias público-privadas para acordos de compra sustentáveis</li> </ul>
	<b>Ucayali</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FONDESAM) para Ucayali promove a competitividade e a sustentabilidade das principais cadeias produtivas da região</li> <li>A Plataforma Produzir e Proteger de Ucayali monitora o progresso rumo às metas de desempenho jurisdicional</li> </ul>